

**PROCEDIMENTO N.º P22/CP/AMT/2024**  
**CONCURSO PÚBLICO**

**Aquisição de Licenciamento do Software  
Corporativo Microsoft 365, Teams, Project  
Pro e Power BI**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## ÍNDICE

<b>PARTE I - CLAÚSULAS JURÍDICAS.....</b>	<b>4</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> Objeto do Contrato.....	4
Cláusula 2. <sup>a</sup> Preço Base .....	4
Cláusula 3. <sup>a</sup> Preço Contratual.....	5
Cláusula 4. <sup>a</sup> Local de entrega dos bens .....	5
Cláusula 5. <sup>a</sup> Prazo de vigência do contrato.....	5
Cláusula 6. <sup>a</sup> Condições de pagamento .....	6
Cláusula 7. <sup>a</sup> Revisão de preços.....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> Obrigações do Adjudicatário.....	7
Cláusula 9. <sup>a</sup> Inoperacionalidade ou discrepâncias.....	8
Cláusula 10. <sup>a</sup> Gestor do Contrato.....	9
Cláusula 11. <sup>a</sup> Proteção de Dados Pessoais .....	9
Cláusula 12. <sup>a</sup> Patentes, licenças e marcas registadas.....	10
Cláusula 13. <sup>a</sup> Penalidades Contratuais .....	10
Cláusula 14. <sup>a</sup> Casos fortuitos ou de força maior.....	11
Cláusula 15. <sup>a</sup> Cessão da Posição Contratual e Subcontratação.....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> Resolução e Extinção do contrato.....	12
Cláusula 17. <sup>a</sup> Elementos do Contrato e Prevalência.....	12
Cláusula 18. <sup>a</sup> Sigilo e Confidencialidade.....	13
Cláusula 19. <sup>a</sup> Prevenção de Conflitos de interesses.....	14
Cláusula 20. <sup>a</sup> Notificações e Comunicações.....	14
Cláusula 21. <sup>a</sup> Contagem de Prazos .....	14

Cláusula 22. <sup>a</sup> Publicidade .....	15
Cláusula 23. <sup>a</sup> Pacto de Competência .....	15
Cláusula 24. <sup>a</sup> Direito aplicável.....	15
<b>PARTE II - CLAÚSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>16</b>
Cláusula 25. <sup>a</sup> Especificações Técnicas Gerais.....	16
Cláusula 26. <sup>a</sup> Funcionalidades do Licenciamento Microsoft 365 .....	17
Cláusula 27. <sup>a</sup> Certificações exigidas.....	18

## **PARTE I - CLAÚSULAS JURÍDICAS**

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto do Contrato**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, com a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, doravante abreviadamente designada por AMT, na sequência do presente procedimento pré contratual que tem por objeto a “Aquisição de Licenciamento do Software Corporativo Microsoft 365, Teams, Project Pro e Power BI”.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Preço Base**

- 1 -O preço base para o presente procedimento é de € 54.078,40 (cinquenta e quatro mil, setenta e oito euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA nos termos legais em vigor, para a totalidade das licenças a adquirir.
- 2 -O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesa cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à AMT, como sejam despesas com deslocações de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, encargos com telecomunicações e seguros de acidentes de trabalho.
- 3 -Qualquer proposta que apresente um preço contratual superior ao preço base é imediatamente excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).
- 4 -Em cumprimento ao dever de fundamentação imposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi estabelecido com base na consulta efetuada à empresa proprietária do sistema.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### **Preço Contratual**

Pelo cumprimento de todas as obrigações constantes no Caderno de Encargos e no Contrato, a AMT deve pagar ao adjudicatário o preço global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### **Local de entrega dos bens**

- 1 - Os serviços de licenciamento previstos no presente caderno de encargos serão fornecidos remotamente, por via eletrónica, à Direção Administrativa e Financeira da AMT.
- 2 - O licenciamento deverá ficar visível na conta da AMT no próprio website de licenciamento respetivo.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

#### **Prazo de vigência do contrato**

- 1 - O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e tem a duração de 12 (doze) meses, a contar, previsivelmente, a partir do dia 8 de fevereiro de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
- 2 - A disponibilização das licenças deve ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias após assinatura do contrato.
- 3 - As licenças opcionais, deverão ser igualmente disponibilizadas no prazo fixado no número anterior, após solicitação da sua ativação por parte da AMT.
- 4 - Caso o contrato termine pelo decurso do tempo, sem que se tenha atingido o preço contratual, não pode o cocontratante invocar qualquer responsabilidade ou reclamar qualquer indemnização à AMT.

## **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

### **Condições de pagamento**

- 1 - A faturação só poderá ser emitida com a efetiva disponibilização das licenças e/ou prestação de serviços.
- 2 - As quantias devidas pela AMT ao abrigo do contrato que se pretende celebrar processam-se no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de receção das faturas, e após validação e aceitação por parte da AMT.
- 3 - Nos termos do artigo 299.º-B do CCP, as faturas revestem a forma eletrónica e devem ser remetidas à AMT através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para a Plataforma da Saphety disponível através do link <https://network.saphety.com/fe-pedido-contacto>.
- 4 - Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela AMT, porque desconformes com o contrato, esta comunica tal decisão ao adjudicatário, apresentando os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias de calendário, outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 5 - Após a aprovação das faturas pela AMT, o pagamento será efetuado por transferência bancária para o IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo adjudicatário.
- 6 - O não cumprimento do prazo previsto no n.º 2, faz incorrer a entidade adjudicante no pagamento de juros de mora, nos termos do disposto no artigo 326.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

## **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

### **Revisão de preços**

Não haverá lugar à revisão de preços.

## **Cláusula 8.ª**

### **Obrigações do Adjudicatário**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Executar a prestação de serviços, em conformidade com a proposta adjudicada e com o disposto no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais, com observância das normas vigentes e em absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, defendendo os legítimos interesses e expectativas da AMT.
- b) Disponibilizar as licenças objeto do contrato, de acordo com as especificações técnicas constantes no presente caderno de encargos, e em conformidade com as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade.
- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato.
- d) Cumprir com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade.
- e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado.
- f) Deter todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários ao cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
- g) Manter sigilo e garantir confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenha no âmbito da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus colaboradores.

- h) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna todas as informações e esclarecimentos solicitados pela AMT que se justifiquem referentes aos serviços contratados e às condições em que são prestados;
- i) Comunicar à AMT, logo que tenha conhecimento da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados, bem como os factos que tornem parcial ou totalmente impossível a sua prestação e o cumprimento de qualquer outra obrigação prevista no contrato celebrado;

2 -O adjudicatário deve ainda comunicar à AMT:

- a) qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, bem como alterações aos contactos/moradas que se revelem imprescindíveis para uma gestão eficiente do contrato.
- b) a ocorrência de qualquer das circunstâncias previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, no decurso da execução do contrato.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Inoperacionalidade ou discrepâncias**

- 1 -No caso de não se verificar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como eventuais desconformidades com as exigências legais, a AMT deve informar, por escrito, o adjudicatário.
- 2 -No prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação prevista no número anterior o adjudicatário deve à sua custa proceder às substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais.



## **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

### **Gestor do Contrato**

- 1 - Aquando da adjudicação, e para efeitos de acompanhamento e execução do contrato, de acordo com o estipulado no artigo 290.º-A do CCP, a AMT deverá designar um gestor do contrato.
- 2 - O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, sendo igualmente o interlocutor com o gestor do contrato designado pela AMT.

## **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

### **Proteção de Dados Pessoais**

- 1 - Em matéria de proteção de dados pessoais, o adjudicatário está obrigado, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da Lei 58/2019, de 8 de agosto, a assumir a integral responsabilidade por qualquer violação destas normas que se verifique no âmbito da execução do presente contrato, por todos os colaboradores que, independentemente do vínculo laboral existente, coloque ao serviço da execução deste contrato, sendo o responsável pelo tratamento de quaisquer dados pessoais para cumprimento da suas obrigações legais e quaisquer outras finalidades identificadas que se revelem necessárias no âmbito da execução do contrato.
- 2 - O adjudicatário deverá tomar todas as medidas técnicas e organizativas para garantir a privacidade e segurança nos tratamentos de dados pessoais e para limitar acessos desnecessários aos mesmos.
- 3 - O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao adjudicatário, é considerado, para todos os efeitos, incumprimento definitivo, podendo a entidade adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, salvaguardando-se o direito de retorno monetário em caso de ser demandada por violação de dados.

## **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

### **Patentes, licenças e marcas registadas**

- 1 - Serão da inteira responsabilidade do adjudicatário, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da prestação de serviços, de quaisquer patentes, licenças, marcas e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
- 2 - Se a AMT vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário responde por todas as despesas nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

## **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

### **Penalidades Contratuais**

- 1 - Pelo atraso na disponibilização das licenças, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante até 0,5% do preço contratual por cada dia de atraso.
- 2 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de proceder à resolução do contrato, nos termos da Cláusula 16.<sup>a</sup>.
- 3 - Nos casos em que seja atingido o limite de 20% do preço contratual e a entidade adjudicante não proceda à resolução do contrato, por daí resultar grave dano para o interesse público, o limite do valor acumulado é elevado para 30%.
- 4 - A aplicação da sanção prevista na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.
- 5 - O valor das penalidades constantes da presente cláusula é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

- 1 - Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
- 2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 3 - Entende-se por caso fortuito ou de força maior qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das partes, e que não derive da falta ou negligência de qualquer delas.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Cessão da Posição Contratual e Subcontratação**

- 1 - O adjudicatário não pode transmitir quaisquer direitos ou obrigações emergentes do contrato a terceiros, sem prévia autorização, por escrito, da AMT.
- 2 - A responsabilidade pela prestação dos serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, é sempre do adjudicatário e só dele, salvo no caso de cessão da posição contratual devidamente autorizada.
- 3 - Caso o adjudicatário pretenda realizar qualquer parte dos serviços objeto do contrato por subcontratação, deve requerer previamente a competente autorização da AMT, seguindo-se o regime e tramitação previstos nos artigos 318.º a 321.º do CCP.
- 4 - A AMT poderá recusar a subcontratação com os fundamentos previstos no artigo 320.º do CCP.
- 5 - Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do disposto no artigo 318.º- A do CCP.

## **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

### **Resolução e Extinção do contrato**

- 1 - Em caso de resolução contratual, quer por parte do adjudicatário, quer por parte da AMT, a mesma será regulada pela disciplina constante dos artigos 325.º a 329.º, 332.º a 335.º e 448.º e 449.º do CCP, respetivamente.
- 2 - As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 3 - A extinção do contrato obedece ao disposto no artigo 330.º do CCP.

## **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

### **Elementos do Contrato e Prevalência**

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2 - Consideram-se também integrados no contrato os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que expressamente aceites pela AMT;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos,
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Na execução do contrato observa-se também:
  - a) O CCP, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
  - b) Os demais diplomas legais e regulamentares que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato a celebrar, os quais serão considerados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.
- 4 - Em caso de divergência entre os vários documentos que fazem parte integrante do

contrato seguem estritamente as regras que constam dos n.ºs 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

- 5 - Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, o adjudicatário deverá:
- a) Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à AMT e aceitar as decisões que esta tomar;
  - b) Se as dúvidas ocorrerem após o início da vigência do contrato, o adjudicatário deverá formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso.
- 6 - A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Sigilo e Confidencialidade**

- 1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AMT de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - Toda e qualquer informação ou documentação conhecidas no decurso da presente adjudicação não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do

cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Prevenção de Conflitos de interesses**

- 1 - O adjudicatário declara sob compromisso de honra que não detém, nem deterá, direta ou indiretamente, quaisquer participações sociais ou interesses com empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da AMT, nos termos e para os efeitos das alíneas b) e c), do n.º 1, do artigo 19.º, por remissão do n.º 5, do artigo 32.º, ambos da Lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.
- 2 - Se ao longo da vigência contratual vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, o adjudicatário compromete-se a informar a AMT desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Notificações e Comunicações**

As notificações e as comunicações serão efetuadas ao longo da vigência contratual de acordo com o regime previsto no CCP.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Contagem de Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471º do CCP.

## **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

### **Publicidade**

O adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização da AMT.

## **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

### **Pacto de Competência**

Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação de serviços será exclusivamente competente Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

## **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

### **Direito aplicável**

- 1 -O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretadas de acordo com as suas regras.
- 2 -As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem suscitar as mesmas à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
- 3 -Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

## PARTE II - CLAÚSULAS TÉCNICAS

A AMT pretende adquirir o Licenciamento do Software Corporativo Microsoft 365, Teams, Project Pro e Power BI, pelo período de 12 (dozes) meses.

### Cláusula 25.<sup>a</sup>

#### Especificações Técnicas Gerais

A presente contratação consagra as seguintes componentes:

- a) Subscrição imediata dos serviços, permitindo à AMT usufruir das ferramentas corporativas Microsoft e serviço de suporte, em conformidade com as designações e respetivas quantidades descritas no quadro infra:

Tipo Licenciamento	Qtd.
Subscrição de Licenças Microsoft 365 E3 EEA (no Teams)	70
Microsoft Teams EEA	70
Subscrição de Licenças Power BI Pro	20
Subscrição de Licenças Project Plan	5
Serviços	Qtd.
M365 Pacote de Horas "Serviços de Suporte de Evolução"	50 horas

- b) Disponibilização de licenças “opcionais”, conforme descrito e até ao limite das quantidades constantes no quadro infra:

Opcionais	Qtd.
Subscrição de Licenças Microsoft 365 E3 EEA (no Teams)	26
Microsoft Teams EEA	26

- c) As licenças e quantidades referidas na alínea b) da presente cláusula, deverão ser disponibilizadas à medida do solicitado pelo Gestor do Contrato designado pela AMT.



## **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

### **Funcionalidades do Licenciamento Microsoft 365**

1 - O Licenciamento Microsoft 365 deve incluir as seguintes aplicações e serviços:

a) Aplicações:

- i. Outlook;
- ii. Word;
- iii. Excel;
- iv. PowerPoint;
- v. Publisher (apenas para PC);

b) Serviços incluídos:

- i. Exchange;
- ii. Onedrive;
- iii. Sharepoint;
- iv. Teams;
- v. Intune;
- vi. Defender;
- vii. Azure Information Protection;
- viii. Condicional Access;
- ix. Windows Virtual Desktop.

2 - O Licenciamento Microsoft 365 deve incluir também as seguintes funcionalidades:

- a) Permitir aceder a versões Web, para computador e para dispositivos móveis de aplicações do Office, incluindo o Outlook, o Word, o Excel, o PowerPoint e o OneNote, assim como atualizações automáticas para novas funcionalidades e recursos (e ainda o Access e o Publisher apenas para PC);
- b) Utilizar uma licença para abranger as aplicações do Office completas instaladas em 5 dispositivos móveis, 5 tablets e 5 PCs ou Macs por utilizador;
- c) Armazenar, aceder e partilhar ficheiros de forma segura e em qualquer lugar com 1 TB de armazenamento na nuvem do OneDrive por utilizador;

- d) Armazenar e-mails com uma caixa de correio de 100 GB e um endereço de e-mail com domínio personalizado;
- e) Criar um centro de trabalho em equipa com chat, reuniões online, chamadas e partilha de ficheiros numa área de trabalho partilhada;
- f) Organizar videoconferências e reuniões online (máx. 250 utilizadores);
- g) Partilhar e efetuar a gestão de ficheiros e documentos através da intranet do SharePoint;
- h) Atualizar as aplicações, todos os meses de forma automática, com novas funcionalidades e capacidades;
- i) Gestão de segurança através de análises sofisticadas e do controlo da circulação dos dados para combater e dar resposta a ciberameaças;
- j) Gestão de dispositivos e aplicações para ajudar a manter os dispositivos seguros e atualizados.

## **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

### **Perfis técnicos dos recursos**

- 1 - Os concorrentes deverão apresentar, na sua proposta, competências comprovadas através de certificações e reconhecimentos, nas seguintes áreas:

**a) Licenciamento Microsoft**

No mínimo de 3 colaboradores por cada uma das seguintes certificações:

- i. Microsoft Certified Volume Licensing Specialist, Large Organizations;
- ii. Microsoft Certified Designing, Assessing and Optimizing Software Asset Management (SAM).

No mínimo 1 colaborador com o seguinte reconhecimento:

- i. Microsoft MVP (Most Valuable Professional): M365 Apps & Services

**b) Serviços técnicos conexos a diversas áreas Microsoft**

No mínimo 1 colaborador por cada uma das seguintes certificações e reconhecimentos:

- i. Gestão da Mudança:

- Trainer: MCT Enrollment
- ii. Microsoft 365:
  - Microsoft 365 Certified: Administrator Expert
  - Microsoft 365 Certified: Endpoint Administrator Associate
  - Microsoft 365 Certified: Fundamentals
  - Microsoft 365 Certified: Messaging Administrator Associate
  - Microsoft 365 Certified: Security Administrator Associate
  - Microsoft 365 Certified: Teams Administrator Associate
  - Microsoft Certified: Security, Compliance, and Identity Fundamentals
  - Microsoft Certified: Security Operations Analyst Associate
  - Microsoft Certified Solutions Associate: Office 365
  - Microsoft Certified Solutions Expert: Messaging
  - Microsoft Certified Solutions Expert: Productivity
  - Microsoft Specialist: Designing and Deploying Microsoft Exchange Server 2016
  - Microsoft MVP (Most Valuable Professional): M365 Apps and Services
- iii. Microsoft Azure:
  - Microsoft Certified: Azure Administrator Associate
  - Microsoft Certified: Azure AI Fundamentals
  - Microsoft Certified: Azure Fundamentals
  - Microsoft Certified: Azure Network Engineer Associate
  - Microsoft Certified: Azure Virtual Desktop Specialty
  - Microsoft Certified: Windows Server Hybrid Administrator Associate
  - Microsoft Certified Solutions Associate: Windows Server 2016
  - Microsoft Certified Solutions Expert: Private Cloud